

Ulysses cede e aceita marcar data da convenção

PMDB deve reunir-se no próximo mês para definir mandato de Sarney e sistema de governo

O deputado Ulysses Guimarães deverá marcar, para o mês que vem, a Convenção Nacional do PMDB, que definirá a posição do partido sobre o sistema de governo a ser adotado pela Constituinte — parlamentarismo ou presidencialismo — e sobre a duração do mandato do presidente José Sarney.

A decisão deverá ser tomada na reunião da Executiva Nacional, na próxima semana, já como consequência do movimento do deputado Maurício Fruet (PR) de convocar a convenção do partido para os próximos dias 27 e 28, através da assinatura de um terço (300) dos convenionais. O parlamentarismo paraense deverá entregar hoje a lista com as assinaturas necessárias à convocação da Convenção Nacional.

A vontade do presidente do PMDB era adiar o quanto possível a convenção do partido, segundo alguns constituintes para "deixar o presidente José Sarney na marca do pêndulo". O

movimento feito pelo deputado Maurício Fruet, contudo, precipitou os acontecimentos e obrigou Ulysses a rever sua posição, já que a convenção fatalmente será convocada pelas bases, passando por cima da Executiva.

O conselho de marcar logo a data da Convenção foi dado pelo senador Fernando Henrique Cardoso, diante do sucesso obtido por Maurício Fruet, que já colheu mais de 250 assinaturas, inclusive de importantes líderes peemedebistas, como os senadores Mário Covas e Afonso Camargo e o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização.

A expectativa dos constituintes ligados a Mário Covas é de que o partido se defina pelo mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, em virtude das consultas promovidas junto a alguns diretórios regionais. O resultado tem sido sempre o mesmo: quatro anos.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, tam-

bém a conselho do senador Fernando Henrique Cardoso, vai conversar hoje com o deputado Maurício Fruet, para tentar um acordo em torno da data da reunião da Convenção Nacional, que deverá acontecer mesmo no próximo mês.

Ulysses Guimarães confessou a grande divisão dentro do partido, ao afirmar que uma única reunião não basta para desfazer os conflitos existentes dentro da bancada, em relação aos diversos temas da Assembleia Nacional Constituinte: "Uma reunião não resolve um assunto dessa dificuldade; nós precisamos de 10, 20 ou até 100 reuniões para chegar a uma solução.

Ele reuniu-se ontem à noite, na casa do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, com importantes lideranças do partido, para discutir o futuro do PMDB, cuja divisão se acirra cada vez mais.

O objetivo é segurar as diversas correntes existentes no PMDB, pelo menos

até o final da Assembleia Nacional Constituinte, através da negociação em torno dos pontos em conflito, especialmente porque os exemplos até agora são de que a disputa tem favorecido a ala mais conservadora do PMDB.

Embora não se diga isso, o tema básico do encontro será o mandato do presidente José Sarney. E consenso, entre as diversas correntes políticas do partido que a duração do mandato do atual Presidente da República é o principal fator de desagregação do PMDB. E quem levantou esse assunto, observam os constituintes mais ligados ao senador Mário Covas, foi o próprio Chefe de Governo.

Por isso, a convocação da Convenção Nacional também será discutida, principalmente com a certeza de que ela se reunirá, mesmo contra a vontade da cúpula peemedebista, já que o deputado Maurício Fruet praticamente já alcançou o número necessário para sua convocação.



Júnior perdeu 501 votos no TSE e a vaga fica com Arnaldo Martins

Júnior, triste, vira suplente por 4 votos

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

Os funcionários do gabinete saboreavam um desses bolos de confetaria, mas o deputado Expedito Júnior, um dos três mais jovens constituintes, completava 24 anos ontem sem ter o que comemorar. Além da nova idade, ele vivia uma situação singular: amargava a impugnação de 501 votos pelo Tribunal Superior Eleitoral — número bem à medida, para jogá-lo da posição de quinto deputado mais votado em Rondônia para o primeiro suplente do PMDB, exatamente quatro sufrágios atrás de Arnaldo Martins, que venceu a causa e saltou da suplência para a condição de titular.

Martins, separado por 505 votos de Júnior, chegou à Câmara como suplente, quando o deputado Chagas Neto foi convocado pelo governador de Rondônia, Jerônimo Santana, para ocupar o cargo de secretário de Obras. Com a vitória no TSE, ele passa a titular e, se Chagas reassumir, quem tem que fazer as malas é o jovem Expedito.

A briga por este mandato serve também para desnudar algumas pendências pendentes internas do PMDB de Rondônia. Chagas é inimigo político de Júnior e está bem próximo de Arnaldo Martins. Hoje, ele se resente de estar "nas mãos do governador", a quem

basta devolver um secretário à Câmara para, na prática, cassar-lhe o mandato. Além disso, vê aí uma derrota da esquerda, já que se considera um progressista — embora tenha "jeito" de moderado.

PRESSÕES

Júnior afirma que sofreu pressões, inclusive de um senador de seu partido e de seu Estado, para mudar posições, principalmente a favorável à reforma agrária, sob pena de "ser prejudicado" no TSE. Ele acredita que isto realmente aconteceu, mas não cita nomes nem dá detalhes sobre a origem e a forma dessas pressões.

Verdade é que, ao contrário do que o jovem deputado afirma, havia um concorrente com o nome de Júnior registrado. Trata-se do derrotadíssimo candidato Osvaldo de Oliveira Júnior, da coligação PDC-PFL, que colheu escassos 207 votos em todo o Estado, mas circunstancialmente, acabou guiando Arnaldo Martins à condição de parlamentar titular. Este registro é comprovado pela edição do Diário da Justiça de Rondônia de 22 de agosto de 1986 e deverá ser a principal pedra no caminho do jovem que recorrerá da decisão do TSE, procurando reaver seus votos no Supremo Tribunal Federal.

Escutando-se inclusive em um parecer da Procu-

radoria Geral da República sobre o caso, Expedito afirma que é conhecido como Júnior "até pelos cachorros na cidade de Rollim de Moura". Lá, com este nome, elegeu-se vereador, com este nome é citado pela imprensa e com este nome fez sua campanha eleitoral. Obteve 12 mil 341 votos, 11 mil 500 dos quais em sua cidade, onde, segundo sua versão, teve 2 mil 700 impugnados, recorrendo a respeito de 501, onde constava a legenda do PMDB.

Estes números são desmentidos — por Arnaldo Martins — que estava 497 votos atrás de Expedito e hoje está quatro na frente. Ele afirma que os 501 votos são todos os impugnados e que em nenhum deles constava a legenda e advoga que, como tinha o sobrenome de Júnior registrado isoladamente, o candidato do PDC-PFL deveria "ganhar todos os votos". Expedito, além de afirmar que nenhum dos dois tinha o registro, defende-se dizendo que a votação do homônimo foi insignificante e, portanto, em sua cidade, aqueles votos todos só podiam ter um destino: elegê-lo deputado federal. Para ele, a briga prossegue. Mas Martins ontem vestia otimismo por todos os poros. "Como fica o PMDB de Rondônia nesse caso?", indagou o repórter. "Não tem problema nenhum", respondeu com um sorriso. "Só mudou a situação: eu era suplente, agora sou deputado".

Sant'Anna não quer derrubar parecer

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem que não acha essencial derrubar todo o parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes, deputado Egídio Ferreira Lima, para obter vitória na parte que trata do mandato presidencial e do sistema de governo, tanto que as articulações do Centro Democrático serão feitas dentro dessa ótica, de não chegar a radicalismos.

Sant'Anna e seu grupo estão organizando as emendas que consideram essenciais para tornar palatável o parecer de

Egídio, mas não afastam a hipótese de um confronto radicalizante, quando partiriam para a pura e simples derrubada da proposta voltando à fórmula original de presidencialismo mitigado que conseguiram aprovar na Subcomissão do Poder Executivo. "Estamos fiéis ao brocado romano, segundo o qual se querem a paz prepara-se para a guerra", dizia, ontem, o líder governista.

Em sua mesa de trabalho, Carlos Sant'Anna tem um mapa com quadro comparativo do parecer de Egídio, do relatório aprovado pela Subcomissão do

Poder Executivo e da proposta concebida pelo jurista Miguel Reale Júnior, a qual se aproxima mais da posição de Sarney e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

O líder do Governo deseja negociar cerca de dez alterações que considera essenciais na proposta de Egídio. Ele pretendia começar negociações com o próprio Egídio antontem, não comparecendo à reunião convocada para a casa de Ulysses porque o deputado pernambucano não esteve lá.

— Eu estou disposto a negociar, mas não quero per-

der tempo. Quero ver se os adversários têm ânimo para negociar disse.

Entre as emendas que pretende introduzir no relatório de Egídio, Sant'Anna cita o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, a censura coletiva dos ministros pela Câmara dos Deputados, com a eliminação da censura individual (para não atingir os ministros militares), a chefia do governo dividida entre o Presidente da República e o primeiro-ministro, argumentando que um Presidente eleito com mais de 40 milhões de votos não pode ser a Rainha da Inglaterra.

Egídio: reação do Governo é risível

"Seria um escândalo internacional". Foi este o debate do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, ao comentar notícias de que o Governo estaria disposto a recorrer ao STF contra a possível redução do atual mandato presidencial pela Constituinte.

Lembrando que o próprio presidente do STF, ao instaurar a Assembleia, proclamou a sua soberania sobre todo o conjunto de leis do País, o deputado pernambucano reafirmou a disposição de manter no seu substitutivo a fixação de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Ele não acatará qual-

quer das emendas apresentadas neste sentido ao seu projeto e considera a pretensa reação do Governo junto ao Supremo como "uma atitude risível".

Para Egídio, o princípio do direito adquirido não pode ser aplicado ao mandato de Sarney. "O mandato presidencial não é um bem que se adquire e sobre o qual se detém a propriedade, mas uma função pública que deve estar subordinada ao poder maior do povo. E o que o povo deseja neste momento é um período de transição não superior a quatro anos".

Enquanto concedia esta entrevista, o deputado pernambucano recebeu telefonema do presidente da Constituinte, Ulysses Gui-

marães, desmentindo que tivesse ficado irritado com o mandato proposto no substitutivo. Segundo Egídio, Ulysses sabe "que eu jamais faria um relatório apenas para agradá-lo".

MANDATO

Os integrantes do Centro Democrático do PMDB já conseguiram se acertar com os parlamentaristas da Comissão. Segundo o deputado Alberico Filho (PMDB-MA), primo do presidente José Sarney, cerca de 38 parlamentares apoiaram o sistema híbrido de governo e o mandato presidencial de cinco anos. A confirmar-se esta previsão, haverá uma vantagem

de seis votos na comissão a favor dos interesses do Governo.

Embora defenda o mandato de quatro anos, o deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA) vai mais longe: em sua opinião, 40 dos 63 membros da comissão já apóiam o período de governo preferido pelo presidente Sarney.

O texto sugerido pelo peemedebista baiano resuscita a fórmula "neoparlamentarista" aprovada pela Subcomissão do Poder Executivo, excluindo o dispositivo que isentava os ministros militares de moção de censura por parte do Congresso. E uma das 1153 emendas apresentadas ao substitutivo de Egídio Ferreira Lima.

Arraes denuncia aliança contra o seu governo

Depois de ter advertido o presidente Sarney que seu mandato não será de cinco e nem de quatro, se não vencer a crise econômica, o governador Miguel Arraes mandou dizer, ontem, a Ulysses Guimarães, pelo vice-governador Carlos Wilson, que o presidente do PMDB está se aliando com o senador Marco Maciel presidente do PFL, para hostilizá-lo em Pernambuco.

Outro recado de Arraes também é que o PMDB está se afastando do povo e que o partido precisa reerguer suas bandeiras históricas, tratando de discutir urgentemente com o Governo que apoia um programa mínimo para vencer a crise, cujo agravamento poderá comprometer o processo de redemocratização do País.

O RECADO

Segundo relato do vice-governador Carlos Wilson, na sala do café da Câmara dos Deputados, Miguel Arraes, em almoço que teve há 20 dias com Sarney, disse-lhe que seu mandato é de seis anos, ele poderá permanecer no poder esse tempo, se vencer a crise. Do contrário, não conseguirá ficar nem quatro anos. A declaração de Arraes causou grande impacto no espírito do Presidente, segundo o vice-governador.

Ao mesmo tempo, Arraes não rompeu mas não tem motivos para entusiasmo com o Governo Federal. Carlos Wilson admitiu que a atitude de Arraes em relação ao go-

verno Sarney é a mesma de Magalhães Pinto com Tancredo Neves — "eles não brigavam, mas não faziam as pazes". Wilson levou a Ulysses as principais reivindicações do governo de Pernambuco, "que nada têm a ver com pleitos de carinhos".

— Há mais de 20 anos o Governo Federal não faz investimentos em Pernambuco. O governo Geisel prometeu instalar uma nova refinaria em Recife. O governo pernambucano, através de grande sacrifício e com recursos próprios, aplicou 150 milhões de dólares na construção do superporto de Suape e agora a refinaria da Petrobrás ameaça se transferir para Fortaleza, a capital do Ceará.

"É isso porque o governador cearense Tasso Jereissati é amigo pessoal do Edilson Távora um dos diretores da Petrobrás. Coisa pessoal".

Quando Wilson disse o que Arraes pensava da atuação de Ulysses, ou seja, que o presidente do PMDB está se aliando a Maciel contra ele, o político paulista protestou lealdade ao governador de Pernambuco, dizendo que nele via uma das mais importantes e expressivas lideranças do partido.

— Eu quero ajudar o Arraes, dizia Ulysses. — Ele acha que o senhor deve ajudar o Pedro Simon, que é uma das figuras históricas do partido e atravessa situação dramática. Ele quer que o senhor seja o intermediário dos grandes pleitos de Pernambuco, respondeu Carlos Wilson.



Brizola: vivíssimo

Brizola está morto. Foi só boato no Rio

Rio — Uma onda de boatos relacionados com o ex-governador Leonel Brizola sacudiu ontem as redações de O Globo e do Jornal do Brasil. Os boatos eram de que Brizola havia morrido ou que sofrera um atentado. Reporters foram mobilizados para constatar a veracidade das informações ligando para os principais líderes do PDT.

Um dos principais dirigentes do PDT ligou para a casa de Brizola no Rio e o encontrou absolutamente tranquilo, gozando de excelente saúde.

Na conversa com o ex-governador o dirigente do PDT constatou que Brizola anda trabalhando em cima da hipótese de o governo Sarney estar apostando no aprofundamento da crise para então ganhar espaço e tomar medidas drásticas na área econômica (como uma espécie de reedição do Plano Cruzado) e até mesmo na área política, apelando para as leis de exceção criadas na Velha República e ainda em pleno vigor. Brizola não escondeu sua surpresa com o fato de o Governo estar assistindo de forma tão passiva o agravamento de uma crise que poderá ser a mais grave da economia brasileira.

Analfabetos também poderão ser eleitos

Os analfabetos poderão ser eleitos, e não apenas terão o direito a voto, de acordo com o substitutivo do relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA). Ao contrário do que prevê a Constituição atual — "os analfabetos são inelegíveis" —, o substitutivo incorpora o princípio de que quem é alistaável é elegível.

— Quem vota pode ser eleito — disse Prisco. O que se fez na emenda nº 25 (que garantiu o direito de voto aos analfabetos, mas os considerou inelegíveis) foi

uma discriminação. Muitos querem receber os votos dos analfabetos, mas não querem votar em analfabetos. Muitos também querem que a idade mínima do eleitor seja 16 anos, mas não querem que os de 16 anos sejam candidatos, como vi em diversas emendas.

Apesar das críticas à sua proposta de mandato-tampão para os prefeitos eleitos em 1988, Prisco Viana manterá a sugestão. Ele argumentou que com ela haverá a coincidência das eleições. Segundo o relator, a simultaneidade evita a imobilização da administração e estabelece um

vínculo de solidariedade entre o governador e o deputado, o prefeito e o vereador.

Prisco Viana manterá também sua proposta de remeter aos estatutos partidários normas sobre a fidelidade:

— A experiência anterior — justificou — demonstrou que não dá bons resultados a fidelidade compulsória. A eleição presidencial em 1984 é bem um exemplo disso. Nem só ninguém se conteve diante da norma constitucional, como o próprio Tribunal Eleitoral foi forçado a interpretar a norma em sentido generoso.

Prefeitos não aceitam prorrogação

Recife — Um não unânime à prorrogação de seus mandatos e ao mandato-tampão foi dado ontem pelos prefeitos das capitais brasileiras, reunidos nesta cidade, a fim de participar da reunião da Associação Brasileira de Prefeitos de Capitais, que empossou o recenseado Jarbas Vasconcelos na sua presidência. Imorais, desonestas, ridículas, foram os qualificativos usados pelos prefeitos para definir aquelas duas teses.

Todos os 18 prefeitos presentes ao encontro de ontem nesta capital posicionaram-se contrários às teses de prorrogação de seus mandatos e do mandato-tampão de dois anos para coincidir com a eleição de presidente. Apenas o vice-prefeito de Boa Vista (Roraima) Roberio Araújo, representando o prefeito, se disse favorável à prorrogação, argumentando que um mandato de apenas três anos como o dos prefeitos atuais é insuficiente para que se faça uma boa administração.

ELITES

"A idéia da prorrogação é imoral e o mandato-tampão é uma brincadeira, uma proposta ridícula", disse o prefeito de Curitiba, Roberto Requilão, expressão igualmente utilizada pelo prefeito de Teresina, Wall Ferraz, para quem a tese visa à manutenção de um status quo existente, "favorável às elites dirigentes".

Acordo dá fatia maior ao Nordeste

Um acordo sobre a fórmula de divisão do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, beneficiando os estados do Norte e Nordeste, foi firmado em reunião terça à noite, com a presença do relator e do presidente da Comissão do Sistema Tributário, deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), do presidente da Subcomissão de Tributos, Benito Gama (PFL-BA), e do deputado Jayme Santana (PFL-MA), amigo pessoal do presidente Sarney.

FUNDO

Serra vai aproveitar emenda oferecida pelo Governo, reservando 27,5% do IPI para o Fundo de Participação: 17 por cento para o Norte e Nordeste e 6 por cento para os demais estados. Ele teve que negociar diante da perspectiva de derrota de seu substitutivo, porque o grupo Nordeste conta com 28 votos na comissão, suficientes para derrubar a proposta em caso de radicalização.

ORÇAMENTO

Com os votos do Nordeste e do Rio de Janeiro, garantidos por Dornelles, a proposta ficou com maioria na comissão. Serra não quis aceitar, porém, outro ponto reivindicado pelos nordestinos: privilegiar a região também na aplicação de recursos através do orçamento da União, proposta do relator da Subcomissão de Orçamento, José Luis Maia (PDS-PI).



Sarney: prestigiado

Sarney: golpe de militares é só boato

Em entrevista concedida ontem ao Canal 1 da televisão espanhola, e que irá ao ar no domingo, por ocasião da visita que o primeiro-ministro Felipe Gonzalez fará ao Brasil a partir de sábado, o presidente José Sarney garantiu que os militares "respaldam a democracia e a transição política", afastando a possibilidade de um novo golpe para retomar o poder, a exemplo do que ocorreu em 1964.

Ao falar sobre a situação econômica do País, o presidente Sarney se queixou, da "incompreensão" dos banqueiros internacionais, que não emprestam dinheiro ao País há mais de dois anos. Ele disse que no período que antecedeu a suspensão do pagamento dos juros, em 20 de fevereiro, o Brasil pagou mais de 22 bilhões de dólares.

O presidente Sarney voltou a garantir que o País vai retomar, nos próximos 30 dias, a renegociação da dívida externa com os banqueiros internacionais. Argumentou que as previsões indicam que a balança comercial vai alcançar um saldo de 8 a 9 bilhões de dólares e que as estimativas mais otimistas indicam um superávit de 10 bilhões.